

Resumo: Refletir sobre a Paróquia como Comunidade de comunidades é simples. Difícil mesmo é colocar em prática tal proposta. Sabemos os caminhos, os procedimentos, mas nos falta ainda o ardor missionário para agir dentro desse processo, pois ele exige a renovação de nossas estruturas paroquiais e a conversão para a missão, e muitos ainda não estão preparados ou dispostos a isso. Sabemos que não se faz renovação estrutural das paróquias sem a conversão dos seus agentes. Assim sendo, esta reflexão busca apontar os apelos da Igreja, através dos seus principais documentos dos últimos anos, e questionar nossa postura diante desses apelos, apontando as questões e os desafios centrais para organizar uma paróquia que seja, verdadeiramente, comunidade de comunidades.

Palavras chaves: paróquia, comunidade, estrutura, renovação, missão.

Abstract: Reflecting on the Parish as a community of communities is simple. It is difficult to put into practice such a proposal. We know the roads, the procedures, but we still lack the missionary zeal to act within this process, as it requires the renewal of our parish structures and conversion to the mission, and many are not prepared or willing to do so. We know that one does not make structural renewal of parishes without a conversion of the agents. Therefore, this reflection seeks to identify the calls of the Church, through its principal documents of recent years, and to question our attitude to these appeals, pointing out the issues and challenges central to organize a parish that is truly community of communities.

Keywords: parish, community structure, renovation, mission.

Paróquia, comunidade de comunidades. Desafios centrais

*José Carlos Pereira**

* José Carlos Pereira é padre passionista, professor licenciado em Filosofia pela UNISAL; bacharel em Teologia pelo Ateneo Santo Anselmo de Roma; mestre em Ciências da Religião e doutor em Sociologia pela PUC-SP. É autor de mais de 45 livros nas áreas de Sociologia, Antropologia, Espiritualidade e Teologia (eclesiologia, missiologia, pastoral, dogmática), publicados no Brasil e no exterior. Tem-se especializado em gestão do terceiro setor, com ênfase em paróquias. Publicou artigos em Revistas e Jornais nacionais e internacionais. Foi pesquisador bolsista do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e expôs diversas pesquisas em Congressos de Universidades brasileiras e estrangeiras, dentre elas, na Universidade de Coimbra (Portugal), Universidade Nacional de Córdoba (Argentina) e Universidade de Havana (Cuba), além de universidades brasileiras, como USP; PUC/SP; Universidade



Introdução

Desde a V Conferência do Episcopado Latino Americano e Caribenho, a paróquia tem sido tema central de reflexão na Igreja. Até então se falava muito em missão, mas os espaços das paróquias não eram vistos como campo de missão e nem se alardeava a importância dela como lugar de formação dos discípulos missionários. A partir da V Conferência, a Igreja lançou luzes sobre as paróquias e, sabiamente, enxergou nelas um espaço privilegiado para a formação de missionários e lugar onde a missão deve começar. Vale lembrar que, se não formos missionários nas nossas paróquias, dificilmente seremos missionários em outros lugares. Muitos investimentos na missão *ad gentes* não têm dado certo porque são enviados missionários para essa modalidade de missão que não foram missionários nos seus lugares de origem, nas suas paróquias. Quando isso acontece, o resultado é catastrófico, pois o que se espera de todo missionário, mas, sobretudo dos missionários da missão *ad gentes*, é que tenham sido missionários nas suas paróquias e que tenham, além da prática, recebido formação para a missão.

Assim sendo, o Documento de Aparecida chama a atenção para a formação permanente de missionários em nossas paróquias, dizendo que “se queremos que as nossas paróquias sejam centros de irradiação missionária em seus próprios territórios, elas devem ser também lugares de formação permanente” (D. Ap, n. 306). Assim sendo, a tônica recai sobre a formação de missionários em nossas paróquias, de modo que ela, a paróquia, adote uma postura missionária. Adotar uma postura missionária significa que todos os trabalhos da paróquia, até aqueles que parecem nada ter de missão, sejam missionários. Quando o pároco, seus vigários paroquiais e demais agentes de pastoral, leigos e consagrados, adotam

Metodista (São Bernardo do Campo/SP); Faculdade Católica do Tocantins (Palmas/TO), entre outras. Tem participado de bancas de defesa de tese e em outros eventos acadêmicos. É membro do Núcleo de Estudos Religião e Sociedade (NURES), do Programa de pós-graduação em Ciências Sociais da PUC/SP; é articulista da Revista “Paróquias e Casas Religiosas”, da qual também faz parte do Conselho de conteúdo e participou das pesquisas do CERIS (Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais), fazendo a análise sociológica das suas últimas pesquisas sobre a realidade do clero brasileiro. É assessor do CCM (Centro Cultural Missionário), de Brasília/DF, organismo da CNBB e ministra cursos e palestras em paróquias e dioceses do Brasil. Maiores informações curriculares encontram-se na Plataforma Lattes do CNPq. Endereço eletrônico: <http://lattes.cnpq.br/3087275365776123> e em sua home page: www.pejosecarlospereira.com.br.



posturas missionárias, toda a paróquia se torna missionária, pois os trabalhos desenvolvidos por esses agentes serão trabalhos missionários.

Mas, para que isso aconteça, é preciso mexer na estrutura da paróquia, fazendo com que ela passe de uma paróquia com pastorais de manutenção, centralizadora, para uma paróquia, rede de comunidades. Por essa razão, o Documento de Aparecida propôs a formação de redes de comunidades nas nossas paróquias, porque esse é o procedimento mais indicado para torná-la missionária. Na esteira de Aparecida nós tivemos o Projeto de Evangelização, a Missão Continental, que acentuou esse procedimento nas paróquias, vendo nele algo essencial para a missão. Nessa mesma linha, os Bispos do Brasil lançaram as Diretrizes Gerais para a Ação Evangelizadora da Igreja: 2011-2015, enfatizando, entre seus desafios, a formação de comunidades nas paróquias, trazendo como um de seus eixos de reflexão, a “Igreja, comunidade de comunidades”. Por se tratar de um tema medular no processo de evangelização permanente, e na formação de uma paróquia missionária, esse tema foi eleito para a 51ª Assembleia dos Bispos do Brasil, onde foi refletido com esta formulação: “Comunidade de comunidades, uma nova paróquia” (Doc. Estudos da CNBB, n. 104). Vemos, assim, a importância do tema para a vida de nossas paróquias. A comunidade como o caminho para a reestruturação de nossas paróquias, de modo que elas se tornem verdadeiramente missionárias.

É nessa direção que conduzo esta reflexão, retomando algumas questões, ou desafios centrais, para uma paróquia comunidade de comunidades. Quais são estes desafios? O que precisamos fazer para responder a eles? Que procedimentos tomar diante de uma paróquia ainda centralizadora e com pastorais de manutenção? Esses e outros questionamentos serão respondidos nesta reflexão, buscando apontar caminhos para a formação de comunidades em nossas paróquias. Para isso, é necessário retomar os últimos documentos mais relevantes da Igreja e extrair deles as propostas para uma Paróquia, Comunidade de comunidades. Quais são estes Documentos? O primeiro e mais importante é o Documento de Aparecida. Desse Documento, outros se desdobraram. Farei, assim, num primeiro momento, uma breve abordagem do Documento de Aparecida, extraindo dele as indicações para uma paróquia missionária. Depois resgatarei alguns elementos da Missão Continental, sobretudo do Documento “O Brasil na Missão Continental” (Doc. CNBB 88). Em seguida, veremos as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil: 2011-2012 (Doc. CNBB, n. 94), e os Estudos da CNBB



(Doc. 104), “Comunidades de Comunidade, uma nova paróquia”. Desses Documentos apontaremos os desafios, e também as pistas de ação, para uma paróquia Comunidade de comunidades.

As reflexões aqui propostas serão práticas e objetivas, sem a pretensão de incursões teóricas pelo complexo universo da Teologia, mas, sim, enveredaremos pelos caminhos da práxis pastoral e da missão. Assim sendo, são reflexões eclesiológicas, com enfoque na ação pastoral e missionária da paróquia.

1 A paróquia no Documento de Aparecida

Ao analisar o Documento de Aparecida, buscando nele o tema paróquia, vamos encontrar 39 citações. Não é pouco, quando comparado com a grandeza desse Documento e a gama de temas que nele é tratado. Dessas 39 citações, duas delas dão destaque à paróquia, de modo que tudo o que nós temos de reflexões sobre a paróquia, são extraídas destes dois números do Documento (170 e 304). Mas, o que dizem de tão importante esses números do Documento de Aparecida para as nossas paróquias? Eles trazem as indicações medulares para qualquer trabalho missionário. São constatações e pistas de ações que, se colocadas em prática, a paróquia estará em estado permanente de missão. Dessas pistas surgiram outras, ampliando a e visibilizando a sua importância. Vejamos rapidamente estas indicações.

1.1 Paróquia em células: Comunidade de Comunidades

A partir do número 170, até o número 177, nós encontramos o tema central desta nossa reflexão. A proposta de uma paróquia que se torne uma Comunidade de comunidades. Ou seja, a estrutura da paróquia deve ser uma estrutura que forme e fomente comunidades. Se assim não for, ela perde sua razão de ser e se empobrece. Uma paróquia que não se preocupa com a vida de comunidade em seu território, é uma paróquia estagnada no tempo, sem ação missionária, que se encerra no seu conceito jurídico e administrativo. Porém, não é fácil formar comunidade, porque comunidade se subentende consciência do seu significado, compromisso e responsabilidades. À vista disso, não se forma comunidade por decreto. Não basta sair por aí comprando terreno e levantando templos, que eles não serão comunidades se antes não existir uma conscientização sobre esse modo de vida e, sobretudo, uma conversão para viver essa proposta



eclesial. Há párocos que até procedem assim, supondo formar comunidade por decreto, imposição, ou ação isolada, mas esse procedimento não funciona. O que se cria com esses procedimentos são capelas, templos, que correm o risco de reproduzirem um modelo centralizador de paróquia, mas não comunidade no seu verdadeiro sentido.

Comunidade é lugar de comunhão, de partilha, de solidariedade. Lugar onde um grupo de pessoas se reúnem e celebram a vida em todas as suas dimensões. Nisso consiste uma comunidade, e não apenas um templo onde se reproduzem estruturas arcaicas de comportamentos religiosos, mas sem compromissos ou laços afetivos. Assim, comunidade é uma espécie de “célula” que ajuda a conferir vida a um corpo que é a paróquia. Desse modo, as comunidades são células vivas da paróquia, enquanto as paróquias são células vivas da Diocese e, por sua vez, as Dioceses formam as células vivas da Igreja como um todo. Temos assim, uma espécie de corpo eclesial, com cada célula cumprindo o seu papel. Assim sendo, as comunidades da paróquia são células que ajudam a compor um corpo onde a vida pulsa em todas as suas dimensões.

É nesse sentido que o Documento de Aparecida usa a expressão “células vivas da Igreja”. Essa expressão não é uma expressão nova, como muitos imaginam. Ela vem de outro momento forte de mudança da Igreja, o Concílio Vaticano II e seus desdobramentos. A primeira vez que se tem notícia do uso dessa expressão foi com Decreto *Apostolicam Actuositatem*, sobre o apostolado dos leigos, promulgado em de 18/11/65. Portanto, é uma expressão com mais de 50 anos. A expressão foi usada na época para reforçar a unidade da Igreja. “Célula” tem sentido de unidade. É um termo oriundo da biologia, mas que expressa muito bem o que desejamos quando falamos de Comunidade de comunidades. Assim, comunidade é lugar de unidade, de entrelaçamento de ideias, de ações, de pessoas que, com suas diferenças, estão unidas por algo em comum, que é Cristo, dentro de um corpo que é a Igreja. Esta, no caso, representada pela paróquia, irradiando suas energias e somando forças, conferindo vitalidade a esse corpo. É nesse sentido que a expressão foi usada. Porém, no Decreto conciliar, enfatizava-se a unidade das paróquias com as Dioceses. As paróquias eram vistas como células da Diocese e deveriam comportar-se como tais. Diz o Decreto: “Cultivem o sentido de diocese, de que a paróquia é como uma célula, e estejam sempre prontos, à voz do seu pastor, a somar as suas forças às iniciativas diocesanas” (A.A, n° 10). Essa recomendação expressa muito bem o sentido da unidade que deve existir na comunidade. A paróquia não deve ser uma igreja parti-



cular agindo por conta própria, sem vínculo ou sem dar satisfações ao Bispo, mas uma igreja filiada à Diocese, sintonizada com suas ações e colocando em prática as suas recomendações e orientações, sem perder a sua particularidade própria de cada realidade missionária onde a paróquia está inserida. Com esse espírito de unidade a paróquia torna-se comunidade, ou seja, comum-unidade com a Diocese. Esse é o primeiro passo para que ela se torne, de fato, Comunidade de comunidades. Sem esse primeiro procedimento, dificilmente a paróquia irá formar comunidade em sua estrutura. A partir desse indicativo caminha-se para a formação da unidade dentro da estrutura paroquial.

Porém, antes de tratar da comunidade dentro da estrutura paroquial, quero trazer presente outro momento em que o termo “célula vida da igreja” foi utilizado. Foi na IV Conferência do Episcopado Latino Americano, que aconteceu em Santo Domingo, na República Dominicana, em 1992. Ali esse tema voltou, reforçando o sentido de unidade das paróquias com as Dioceses, mas já apontando também para a vivência dessa unidade dentro das paróquias. Diz esse Documento: “Em torno do Bispo e em perfeita comunhão com ele, devem florescer as paróquias e as comunidades cristãs, como *células* vivas e pujantes de vida eclesial” (Santo Domingo, n° 55). Assim, despontam aqui as comunidades cristãs dentro das paróquias, formando aquilo que a Conferência de Aparecida chamou de “células vivas da Igreja”.

É dentro desse contexto histórico que a Conferência de Aparecida retomou a expressão, colocando-a no coração do projeto da transformação, ou reestruturação, das paróquias em Comunidades de Comunidades, de modo que toda a conjuntura paroquial seja uma rede de comunidades, e não apenas as capelas pertencentes a essa paróquia, como comumente se imagina. Ainda hoje, quando se fala de comunidade, a primeira imagem que vem a mente é a das capelas. As capelas podem e devem se tornar comunidades, mas não apenas elas. Outras instâncias e grupos da paróquia precisam se tornar comunidade, sobretudo a chamada “igreja matriz”, tão comum no modelo tradicional de paróquia. Aqui está um dos desafios. Como fazer com que a igreja matriz seja uma comunidade? Para que a igreja matriz seja uma comunidade ela precisa dividir, repartir suas ações, sobretudo, as celebrações e atividades formativas, catequéticas etc. Temos, assim, o desdobramento da expressão “células vivas da Igreja”, usada em Aparecida como o tema central para a formação de comunidade de comunidades. Desse tema central se desdobram outros, que vão



formando aquilo que estamos a refletir neste momento, os desafios para uma paróquia ser de fato Comunidade de comunidades.

Assim, o Documento de Aparecida retoma essa expressão significativa e destaca a importância de as paróquias serem células vivas da Igreja, enfatizando-as como lugar privilegiado no qual a maioria dos fiéis tem uma experiência concreta de Cristo, vivendo a comunhão eclesial. Desse modo, comunidade é lugar de comunhão. Se não houver a experiência de comunhão, não é comunidade. Quando o Documento fala de comunhão, não está se referindo apenas à comunhão eucarística, no sentido estrito do termo, mas, sobretudo, à vida de comunidade que se desdobra da comunhão eucarística, tendo como modelo as primeiras comunidades cristãs (At 2, 42-47), que se tornaram comunidades porque comungavam com Cristo. Eram espaços onde as pessoas eram perseverantes em tudo, como, por exemplo, na escuta dos ensinamentos oriundos da Palavra de Deus; na comunhão fraterna; no partir o pão e nas orações, colocando tudo em comum. Lugar onde, com tais gestos, se aprende o temor de Deus, não no sentido de medo de Deus, mas de ser fiel à sua Palavra, colocando-a em prática, o que consiste no amor a Deus e aos irmãos, na solidariedade e na compaixão. Nesse sentido, destaque para a questão da união, algo tão importante para a vida de comunidade. Onde não há união, não se pode dizer que há comunidade. Esse pode ser um identificador para verificar se nas nossas paróquias existe verdadeira vida de comunidade. Assim, podemos perguntar: há união nos trabalhos da paróquia? As pessoas se ajudam? Há comprometimento com os empreendimentos missionários da paróquia, ou apenas alguns assumem, enquanto outros ficam apenas observando, ou criticando o trabalho dos irmãos e irmãs?

1.2 Paróquias: Casas e Escolas de formação de comunidades

O Documento de Aparecida destaca ainda o elemento da formação. É preciso que nossas paróquias invistam na formação dos seus leigos, pois somente assim teremos verdadeiros missionários que sabem formar e viver em comunidade. Quando o documento afirma que nossas paróquias “são chamadas a serem casas e escolas de comunhão”, está afirmando que a paróquia tem o dever de ensinar as pessoas a viverem em comunidade. Esse é um dos grandes desafios de nossas paróquias: formar pessoas para viverem em comunidade e formar outras comunidades. Não é algo tão simples, tendo em vista o mundo em que vivemos,



que prima pelo individualismo, pela competição, por incitar as pessoas a levarem vantagem em tudo, num clima de competição que não respeita o próximo. Às vezes essas situações são reproduzidas dentro de nossas paróquias, nos espaços que chamamos de “comunidades”. Que comunidade é essa onde as pessoas querem prejudicar as outras, onde o eu é mais forte que o nós, onde as vaidades pessoais são mais importantes que o bem comum? Enquanto existirem na Igreja, ou seja, nas paróquias, essas relações que refletem as relações da sociedade, nós, isto é, nossas paróquias, estaremos longe de ser comunidade cristã. Podemos ser comunidade no sentido social do termo, mas não comunidade cristã, com valores teológicos, onde impera a teologia da graça e não simplesmente as relações de troca. À vista disso, o Documento reforça a questão da formação, tornando nossas paróquias lugares de formação permanente. Nisto consiste a expressão “casas e escolas de comunhão”. Casa é o lar, lugar de pertença, lugar onde nos sentimos bem, à vontade, lugar que é nosso, de encontro e de convivência entre irmãos. Quando a Igreja se torna essa “casa”, todos se sentirão em casa nela e não apenas alguns.

Porém, quando as comunidades têm donos, com territórios demarcados, elas não estão sendo verdadeiramente comunidade. Comunidade não tem dono, é de todos e para todos. O mesmo sentimento que sentimos em nossa casa, devemos sentir na Igreja para que ela seja comunidade de fato. Além disso, temos a expressão “escola de comunhão”, que dispensa comentários. Escola é lugar onde se aprende. A paróquia precisa ser lugar onde se ensina e se aprende a viver em comunhão, isto é, em comunidade. Enquanto nossas paróquias não se preocuparem em ser escolas de comunhão, elas não serão comunidade.

1.3 Renovação das estruturas paroquiais

Para que tudo isso aconteça, é preciso romper com certas estruturas, sobretudo com estruturas arcaicas, centralizadoras, que reproduzem modelos de Igreja que não respondem mais aos desafios e demandas da atualidade. Essa reestruturação é fundamental, se queremos uma paróquia verdadeiramente missionária, comunidade de comunidades. Porém, quando se fala em mexer em estruturas, muitos se arrepiam, sobretudo os padres. Não digo todos, mas apenas os que se acomodaram nos modelos tradicionais de paróquias e que não estão abertos a mudanças. Aqueles que não querem perder os benefícios que esse modelo tradicional lhe confere. Esses precisam passar por um processo de conversão, porque



se isso não ocorrer a sua paróquia estará longe de conseguir se renovar e se tornar missionária. O Documento de Aparecida fala de “uma valente ação renovadora das paróquias”. É preciso valentia e ousadia para empreender tal renovação, pois ela mexerá com estabilidades. Estabilidade financeira, patrimonial, estrutural e geográfica, teológica. É preciso mudar conceitos, paradigmas, valores. E nem todos estão preparados para tais mudanças.

Nesse novo modelo de paróquia, a igreja matriz deixa de concentrar todas as ações em seu espaço e divide com as comunidades as suas atividades. O padre divide suas ações com os leigos. De início pode parecer algo desestabilizador da vida da paróquia e das ações do padre, mas não é. Pelo contrário, é divisão de ações para somar forças. Essa é a ideia principal que norteia o conceito e a vida de comunidade. Quando as ações são divididas, as forças se multiplicam e todos têm participação ativa, afetiva e efetiva na comunidade. Nasce assim o verdadeiro sentido de comunidade, pois comunidade é muito mais que um espaço geográfico, é um sentimento humano.

Portanto, o objetivo dessa ação renovadora das paróquias é torná-la espaços de comunidades e esses espaços se tornam comunidades quando eles se tornam espaços de iniciação cristã, espaços de educação, espaços de celebração da fé, espaços de confraternização, espaços abertos às diversidades de carismas, serviços e ministérios, de partilha de dons. Enquanto nossas paróquias tiverem sempre as mesmas pessoas, fazendo sempre as mesmas coisas, concentrando tudo num pequeno grupo, sem dar espaço para outros, sem renovarem seus agentes de pastoral, ela ainda não atingiu o sentido de comunidade renovada. Cabe aqui a cada um olhar para o interior de sua paróquia e visualizar sua estrutura pastoral e administrativa e verificar se ali existe o sentido de comunidades, ou se são apenas “panelinhas”. Para isso, veja quantos anos um agente de pastoral permanece na coordenação de uma determinada pastoral. Verifique quais os argumentos são usados para se permanecer na coordenação por muitos anos, como, por exemplo, “não tem ninguém que quer assumir”, “não temos pessoas preparadas”, “ninguém quer compromisso” etc. Essas desculpas são desculpas de quem não quer que outros assumam o seu lugar. Não somos imprescindíveis e nem insubstituíveis. Sempre virão outros depois de nós que poderão fazer igual, ou ainda melhor do que nós. O mais importante é renovar.



Quando uma paróquia investe em seus agentes de pastoral, ela sempre terá bons agentes e esses não precisarão se perpetuar na mesma função, como acontece, por exemplo, com muitos ministros extraordinários da sagrada comunhão, que assumem o ministério como se fosse o sacramento da ordem, para sempre. Uma paróquia renovada é uma paróquia que renova os seus agentes de pastoral, de modo que eles tenham tempo determinado em determinada função. Depois que cumpriu o seu tempo, ceda o lugar para outro e vá atuar em outras frentes pastorais da comunidade. Isso serve também para os padres. Seria bom que as Dioceses tivessem um tempo determinado para os párocos e que esse tempo não fosse mais que quatro ou seis anos. Um tempo muito longo, que ultrapasse seis anos, pode não contribuir para a renovação da paróquia.

Desse modo, uma comunidade paroquial renovada é uma comunidade que faz uma espécie de rodízio dos seus agentes nos seus trabalhos pastorais. É uma comunidade integradora e não uma comunidade que dispersa e desagrega. Uma comunidade integradora é uma comunidade que acolhe a todos, sobretudo seus movimentos de apostolado, que, às vezes, caminham isolados da conjuntura pastoral da paróquia. Quando todos os organismos são integrados, a paróquia se revela na sua dimensão de comunidade. Porém, quando as pastorais, movimentos, grupos e demais organismos, caminham isoladamente, fechados em sim, sem se abrir aos demais e aos desafios da paróquia e da igreja, a paróquia dá demonstração de que não é integradora e nem comunidade de comunidades. É importante lembrar que todos os membros da comunidade, independentemente da pastoral ou movimento de que participam, são responsáveis pela evangelização das pessoas e do próprio ambiente onde atuam. Sim, nossos espaços e ambientes de atuação pastoral carecem de evangelização permanente. Quem acha que já sabe tudo, que está pronto e que não precisa mais ser evangelizado, revela seus limites e fraquezas, de modo que precisa, ainda mais que outros, de ser evangelizado, para não dizer, convertido. Enfim, reconhecer as fragilidades não é fraqueza, é humildade, e a Igreja precisa de pessoas que sirvam na humildade.

À vista disso, a missão da paróquia é se abrir para a missão territorial. Parece redundante e paradoxal essa proposta, mas é exatamente isso que a Igreja está pedindo às nossas paróquias, ao pedir que elas se transformem em comunidade de comunidades. Assim, a tarefa missionária das paróquias é abrir-se às comunidades, assim como ocorreu em Pentecostes (At 2,1-13), conforme pede o Documento de Aparecida (nº 171). É diante de tudo isso que a Igreja apresenta o grande desafio



de nossas paróquias: reformulação de suas estruturas, com tudo o que isso implica. Porém, sem essa reformulação, não se atingirá o objetivo de se formar comunidades de comunidades. O caminho é a formação de redes de comunidades, através da setorização da paróquia em unidades menores.

1.4 Rede de comunidades: a setorização das paróquias

A setorização, ou descentralização da paróquia, é um passo importante para a transformação dela em Comunidades de comunidades. O que são setores? Setores, como diz o Documento de Aparecida, são unidades menores, como, por exemplo, as áreas pastorais, os bairros, quadras ou quarteirões, as capelas, as ruas, os grupos de reflexão, enfim, os próprios organismos da paróquia (pastorais, movimentos, grupos e associações). Todas essas instâncias podem ser setores que ajudam a descentralizar da matriz suas atividades e criar nesses espaços verdadeiras comunidades. Mas, para que esses setores sejam comunidades, é preciso que eles tenham intensas atividades, como, por exemplo, celebrações, formação, conselhos, atividades pastorais, confraternizações, enfim, vida de comunidade.

A esta altura da reflexão, muitos devem estar se perguntando: mas como o padre vai dar conta de tudo isso? Vamos precisar de muitos padres? Porém, se fizermos tais perguntas é porque não entendemos o sentido da descentralização pedida na formação dessas comunidades. O padre não precisa estar o tempo todo nessas comunidades. Elas existem exatamente para dar responsabilidades e participação dos fiéis leigos. Se o padre tiver que sempre celebrar missa em todas essas comunidades, elas continuam clericais e não se enquadram no modelo renovado. É apenas uma ampliação da estrutura paroquial já existente. Nesse modelo renovado destaca-se o protagonismo do leigo, que assume dirigir as celebrações da Palavra, ministrar as formações sacramentais e os próprios sacramentos, como, por exemplo, os batizados, os casamentos e tudo aquilo que a Igreja possibilita que os leigos façam. Comunidade onde tudo está centrado na figura do padre, não é uma comunidade renovada. Isso não quer dizer que, com esse modelo de paróquia renovada nas suas estruturas, o padre irá perder o seu papel, a sua importância. Pelo contrário, ele continua sendo muito importante, mas esse modelo quer dizer que os leigos também ganharão importância, sem diminuir o valor e a importância do presbítero.



Um dos objetivos da formação e da transformação da paróquia em comunidades de comunidade é fazer com que a Igreja se aproxime mais às pessoas, principalmente os mais afastados. Quando a paróquia divide responsabilidades, ela soma forças. Essa divisão em células, isto é, em setores, significa formação de comunidades. Significa aumento no alcance da paróquia, e assim, ela será mais evangelizadora, mais missionária, porque está mais próxima das pessoas, dando-lhes oportunidade de participar mais efetiva e afetivamente. Muitos não vão até a nossa matriz, por vê-la muito distante de sua realidade. Alguém que mora na periferia se sentiria deslocado dentro da igreja matriz, mas se sentirá em casa na comunidade do seu bairro, entre iguais. Essa pessoa que participa da sua comunidade local é tão católica quanto aquela que participa da igreja matriz, no centro da cidade, com a diferença de que ali, na sua comunidade, ela é conhecida, reconhecida, valorizada, podendo desempenhar funções que talvez em outros espaços, como o supracitado, ela não conseguiria. Vemos, assim, que a formação de pequenas comunidades possibilita a participação das pessoas em todos os sentidos. Isso é comunidade, e não aquele modelo antigo, em que as pessoas vão à igreja para “assistir” a missa, saindo tão anônimas quanto chegaram, sem nenhum envolvimento afetivo com as pessoas e com o espaço onde participa da celebração.

Essa mudança de estrutura vale para todas as realidades de paróquia, tanto para as do mundo urbano, como para as paróquias rurais. Porém, cada realidade tem o seu desafio e cabe à comunidade paroquial descobrir quais são esses desafios e empreender a missão de superá-los. Uma sugestão para isso é fazer um recenseamento paroquial, a fim de se obter um mapa da realidade. Com esse procedimento ficará mais fácil à descentralização, a setorização em unidades menores. Para isso, é preciso imaginação e criatividade, diz o Documento de Aparecida (n° 173). Somente assim se poderá chegar às multidões dos afastados.

1.5 Paróquias com novas estruturas pastorais

Dentre as sugestões que o Documento de Aparecida apresenta, está a criação de novas estruturas pastorais. Estruturas pastorais que respondam aos desafios encontrados pela paróquia nas suas respectivas áreas de missão. Dentre as pastorais que considero uma ferramenta imprescindível no processo de evangelização e na formação e comunidades, estão



a *Pastoral da Acolhida* e a *Pastoral da Visitação*. Essas duas pastorais são fundamentais nesse processo de renovação paroquial.

a. Pastoral da Acolhida ou dimensão do acolhimento

A pastoral da acolhida se enquadra na dimensão do acolhimento. Uma paróquia que não é acolhedora, não evangeliza. Quando falo da Pastoral da Acolhida, não falo de mais uma pastoral na paróquia, mas de uma pastoral que esteja permeada na ação de todos os agentes de pastoral, sobretudo nas ações do padre. Uma paróquia que não prima pelo acolhimento é uma paróquia fadada à estagnação e ao fracasso missionário. A acolhida está na base de todas as ações de evangelização. É o primeiro passo para qualquer trabalho pastoral. A missão da pastoral da acolhida é fazer com que todos os agentes de pastoral, e a própria paróquia como um todo, adote uma postura acolhedora. Do acolhimento nascem outras ações que colocarão a paróquia em estado permanente de missão. Ela ajuda, sobretudo, a reforçar o sentido e a vivência de comunidade. Paróquia que não acolhe não é comunidade.

b. Pastoral da visitação ou dimensão missionária

A pastoral da visitação é outra pastoral de suma importância. Ela é uma ferramenta eficaz no processo de evangelização permanente e na formação de comunidades. Com a pastoral da visitação, a igreja sai dos seus templos e vai até as pessoas, sobretudo dos afastados, e os inclui na comunidade. Com essa pastoral se poderá obter um retrato fiel da comunidade paroquial missionária. Ela poderá ajudar a paróquia no processo de setorização e na formação de comunidades nesses setores. Por isso ela é muito importante. Paróquias que ainda não têm essas duas pastorais de ponta no processo de evangelização, terão mais dificuldade de renovação de suas estruturas. A pastoral da visitação representa a dimensão missionária da paróquia, na sua ação mais concreta e evidente. É a pastoral que vai ao encontro das multidões de afastados, como pede o Documento de Aparecida. Cada agente dessa pastoral é um discípulo missionário que vai ao encontro das “*ovelhas perdidas da casa de Israel*” (Mt 10, 6).



2 Os desdobramentos da V Conferência para as paróquias

Tratamos até agora de alguns dos apontamentos feitos pela V Conferência do Episcopado latino americano e caribenho, contidos no Documento de Aparecida, tendo em vista a renovação das estruturas paroquiais para a formação de paróquias que sejam comunidade de comunidades. Vejamos agora os seus desdobramentos em outros documentos, que acentuaram essas e outras indicações e desafios. Começamos pela Missão Continental.

2.1 A Missão Continental

Podemos dizer que a missão continental foi a tentativa mais ousada que a Igreja deste Continente teve para colocar em prática os elementos centrais da Conferência de Aparecida. Podemos afirmar também que, dentro do método “ver, julgar e agir”, usado nessa Conferência, a Missão Continental corresponde à parte do agir. A Missão Continental foi distribuída em cinco etapas, e cada uma delas buscou abarcar os pontos principais de um processo de evangelização em vista da missão permanente, que no final culmina na formação de comunidades.

A primeira etapa começou logo após as conclusões da Conferência de Aparecida (2007) e seu objetivo primordial foi e ainda é, fortalecer a dimensão missionária da Igreja, envolvendo as paróquias nesse processo missionário. Ela provocou-nos a repensar muitas das nossas estruturas pastorais, tendo como espírito constitutivo a “espiritualidade de comunidade”, ou seja, aquela espiritualidade que brota da comunidade e na comunidade, e não uma espiritualidade apenas intimista e individualista, presente em certos movimentos religiosos que não querem compromisso com a paróquia e nem com a vida de comunidade. Assim, um dos propósitos dessa primeira etapa foi a conversão pessoal para vida de comunidade. Para isso, a Missão lançou o desafio de se criar, nas nossas paróquias, estruturas abertas e flexíveis, capazes de animar a missão permanente da Igreja. Cada etapa da missão continental teve indicativos de ação, tempo delimitado de aplicação destas ações, propostas e meios para se atingir os objetivos propostos.

A primeira etapa, delimitada entre os anos de 2008 e 2009, teve como meta a preparação e sensibilização dos agentes de pastoral. Foi um passo fundamental, porque correspondeu ao tempo previsto para a



conscientização para a necessidade da missão. Lamentavelmente, não foram todas as Dioceses e paróquias que deram esses passos, dificultando a obtenção dos resultados previstos nessa missão. A *segunda* etapa foi a partir de 2009, e teve como objetivo a formação e o reencantamento dos agentes de pastoral. A partir desse ano, era para se ter buscado meios e estratégia de reencantar os nossos agentes de pastoral, regatando o seu ardor missionário, o seu gosto pela missão, enfim, conseguir revesti-los da dimensão missionária. Sabemos que pessoas desencantadas com a Igreja dificilmente serão missionárias. E temos muitos agentes de pastoral, inclusive padres, desencantados com a missão. Esses fazem as coisas mecanicamente, por obrigação. Esses deveriam ser os primeiros a serem reencantados.

A *terceira* etapa, a partir de 2010, foi a de trabalhar com grupos prioritários, como, por exemplo, os catequistas, os professores de religião, enfim, pessoas e grupos que trabalham em campos específicos, que lidam com muita gente. A *quarta* etapa, a partir de 2011, chamada de missões setoriais e ambientais, tratou de aproximar de nós a missão, trazendo-a para determinados setores da sociedade e da Igreja. Por fim, a *quinta* e última etapa traz a missão até as nossas paróquias. É a missão territorial (a partir de 2012 em diante). Ou seja, é a hora da missão em nossas paróquias. Assim, a missão territorial é a missão paroquial. É a missão Continental na paróquia, onde todos os passos acima devem ser vividos e celebrados. E esse está sendo o nosso esforço enquanto Igreja que somos. A Igreja no Brasil vem se empenhando nisso. Está aí, diante de nós, o grande desafio de fazer, de nossas paróquias, comunidade de comunidades: esse é um passo importante na missão territorial.

Ampliando o projeto da Missão Continental, a CNBB lançou o projeto “*O Brasil na Missão Continental*” (Doc. 88) onde tratou de definir os objetivos, geral e específico, desse empreendimento missionário, destacando a necessidade de “abrir-se ao impulso do Espírito Santo e incentivar, nas comunidades e em cada batizado, o processo de conversão pessoal e pastoral ao estado permanente de missão para a vida plena” (objetivo geral do Brasil na Missão Continental). Nos seus objetivos específicos encontramos a meta de “repensar as estruturas de nossa ação evangelizadora para um compromisso de ir e atingir a quem normalmente não atingimos”. Aqui vemos contemplada a pastoral da visitação e da acolhida, como foi dito anteriormente, e a formação de pequenas comunidades que possibilitam não apenas a igreja chegar até os afastados, mas os afastados se achegarem à igreja.



2.2 Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil: 2011 – 2015. Um passo importante nesse processo de formação para a missão

As Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil: 2011-2015 foram um passo importante nesse processo de orientação de nossas paróquias para a formação de comunidades de comunidade em sua estrutura. Aqui o termo *paróquia* não aparece muitas vezes, mas, nas poucas vezes que aparece, tem um enfoque especial. Aliás, todo o documento dá enfoque especial às paróquias, porque traz como tema medular a proposta de uma *Igreja, comunidade de comunidades*. Se nós queremos que nossas paróquias se tornem comunidade de comunidades, não podemos prescindir desse documento. Aqui encontramos as principais constatações e pistas de ação, ou operacionalização, de que precisamos para executar esse projeto.

Das cinco citações sobre a paróquia encontradas nesse Documento, a primeira (nº 60), traz o tema que estamos a refletir, e que foi tema da 51ª Assembleia dos Bispos: a necessidade de as paróquias se tornarem Comunidade de comunidades. Na segunda (nº 90), encontramos a paróquia como lugar privilegiado de iniciação cristã; na terceira (nº 99), volta o tema da Comunidade de comunidades, mostrando a urgência de se trabalhar esse aspecto em nossas paróquias, de modo que elas se tornem vivas e dinâmicas; na quarta citação (nº 101), encontramos a urgência da setorização das paróquias em unidades menores, como uma das formas de renovação paroquial. Por fim, na quinta referência à paróquia (nº 138), vemos a necessidade de pensar os organismos de articulação dessas pistas de ação para tornar as paróquias Comunidades de comunidades. Dentre esses organismos, destaque para as assembleias paroquiais, os conselhos paroquiais, enfim, instâncias onde se podem definir os passos a serem dados, envolvendo a comunidade paroquial nesse processo. Aqui, nesse número, as Diretrizes retomam o desafio da renovação das paróquias, transformando-as em unidades menores, através da setorização. Percebemos assim que são temas contemplados no Documento de Aparecida, e que ganham destaque nessas Diretrizes da Ação Evangelizadora.

Enfim, as Diretrizes ora tratadas dizem categoricamente que, se queremos uma paróquia verdadeiramente missionária, é preciso torná-la uma Comunidade de comunidades. E que, para assim torná-la, é preciso que aprendamos a valorizar as diversas formas de vida comunitária, não



apenas as mais conhecidas, como as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), ou as tradicionais capelas de nossas paróquias. Hoje, existem muitas maneiras de se viver em comunidade, as chamadas, novas comunidades cristãs e tantas outras. Outro passo importante já visto é a setorização da paróquia em unidades menores, formando uma rede de comunidades e, essas pequenas comunidades, sendo células vivas, formando no seu interior conselhos e coordenações pastorais que fomentem essa organização de comunidade.

2.3 51ª Assembleia Geral dos Bispos e o enfoque na dimensão da Comunidade

Por fim, tivemos a 51ª Assembleia dos Bispos do Brasil, que se reuniu em Aparecida, de 10 a 19 de abril de 2013, para tratar do tema da paróquia, enfatizando a dimensão de Comunidade de comunidades. Com o tema, “Comunidade de comunidades: uma nova paróquia”, o Documento de Estudo lançou luzes sobre aquilo que para nós, Igreja no Brasil, é prioridade e que estamos aqui refletindo. De início o Documento faz uma constatação que é real. Nossas paróquias têm oferecido resistência, ao longo da história, para a renovação de suas estruturas. Essa resistência é sentida quando adentramos as realidades das dioceses e paróquias pelo Brasil afora. São poucos os que estão empenhados nessa mudança estrutural. As resistências derivam de uma série de fatores, dentre eles, a acomodação, a falta de comprometimento por parte de lideranças pastorais, sobretudo de padres e de bispos que não têm essa preocupação como prioridade; o desconhecimento dos apelos do Documento de Aparecida e dos demais Documentos da Igreja no Brasil; uma paróquia voltada mais para o culto, isto é, a liturgia, mais do que para a vida de comunidade, a pregação ou o serviço. São afirmações contundentes que encontramos no n° 54 desse Documento e que nos levam a pensar a nossa vida de Igreja hoje, de comunidades paroquiais que já não respondem aos desafios do mundo atual.

Diante desses apelos, qual deve ser o nosso procedimento enquanto agente de pastoral, comprometido com a Igreja? O primeiro passo é conhecer mais profundamente o que a Igreja vem pedindo, através dos seus Documentos, estudando e fomentando o estudo desses materiais entre o clero e os leigos de nossas paróquias. Muitas dioceses vêm propondo essa reflexão com seu clero e leigos, e esse é um passo importante. Desse estudos e reflexões nascem iniciativas importantes, que ajudam as



paróquias a darem passos nessa direção. Assim sendo, ter conhecimento dos desafios e propostas desse projeto de evangelização, e colocar em prática as pistas de ação indicadas nesses Documentos, bem como as pistas de ação que cada diocese ou paróquia encontrar na sua realidade, é também outro passo importante a ser dado.

Considerações finais

Estamos diante do grande apelo da Igreja no Brasil, que é a conversão de nossas paróquias em Comunidade de comunidades. Para isso, temos grandes desafios, dentre os quais, alguns estão apontados no Documento de Aparecida e em outros Documentos, e tivemos oportunidade de refletir sobre eles. Outros despontam em nossas realidades paroquiais. Todos são passíveis de ser enfrentados, carecendo apenas do empenho e comprometimento de todos, e de todas as instâncias da Igreja, começando pelas Dioceses, paróquias, ou seja, bispos, padres e leigos. Dos desafios apresentados, destaco resumidamente, a título de conclusão, os mais urgentes.

Renovação ou reformulação das estruturas de nossas paróquias. Essa renovação consiste, em primeiro lugar, na sua descentralização que, por sua vez, significa a formação de unidades menores, como células vivas, e dessas células formar-se-ão comunidades. Assim, a paróquia estaria no processo de renovação pedido pela Igreja. Para isso é preciso *investir na formação*, em todas as suas dimensões, sobretudo espiritual e missionária, de modo que a paróquia *adote uma postura missionária*. Mas sabemos que, para atingir tal objetivo, será necessário, em primeiro lugar, *conversão pessoal e comunitária*. Vemos, assim, quão desafiador é o processo de formação da paróquia em Comunidade de comunidades, mas não há outro caminho. Ou vamos por esse, sugerido pela Igreja, ou ficamos parados, estagnados, vendo a nossa Igreja fenecer por falta de *ousadia missionária*. Ainda está valendo a proposta para *avançarmos para águas mais profundas*. É hora de soltar as âncoras de nossos barcos, ajeitar as velas e se lançar mar adentro. Os rumos já nos foram apontados. O lado certo para jogar as redes, também. Faltam agora pessoas, com renovado ardor missionário, para tomarem o leme e conduzirem o barco nessa direção, com as redes em punho. Muitos já estão fazendo essa travessia e se encontram em meio às águas turbulentas da missão. Outros estão ainda ancorados na praia, com medo ou acomodados. Aos que já estão na rota da missão, cabe *chamar os que ainda estão nas mar-*



gens. Eis um dos tantos desafios que ainda temos, para atingir a meta de transformar a paróquia em Comunidade de comunidades. O desafio está lançado também para os estudantes de teologia, seminaristas, os futuros padres que irão conduzir as paróquias nesta direção.

Bibliografia

CELAM. **Documento de Aparecida**. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe. Brasília/São Paulo: CNBB/Paulus/Paulinas, 2007.

_____. **A Missão continental**. Para uma Igreja missionária. Brasília: CNBB, 2008.

_____. **Itinerário da Missão Continental**. Brasília: CNBB, 2009.

CNBB. **Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil: 2011-2015**. São Paulo: Paulinas, 2011.

_____. **Projeto Nacional de Evangelização**: O Brasil na Missão Continental. Documentos da CNBB, n. 88. Brasília: CNBB, 2008.

_____. **Comunidade de Comunidades**: Uma nova paróquia. Col. Estudos da CNBB, n.º 104. Brasília: CNBB, 2013.

PEREIRA, José Carlos. **Paróquia Missionária à luz do Documento de Aparecida**: Procedimentos fundamentais. Brasília: CNBB, 2012.

_____. **Projeto Paroquial**: Orientações para a implantação de uma evangelização permanente. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **Como fazer um recenseamento paroquial**. Metodologia de pesquisa. Uberlândia/MG: A Partilha, 2013.

_____. **Serviço de animação vocacional paroquial**. Subsídio de implantação, formação e atuação dos agentes. São Paulo: Paulus, 2013.

Endereço do Autor:

Rua Barão de Mesquita, 763
Bairro Andaraí
20540-002 Rio de Janeiro, RJ